



# XII COLOQUIO NACIONAL E V COLOQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO



26 A 29 DE SETEMBRO DE 2017

ISSN: 2175-5493

## A DESQUALIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Fábio Mansano de Mello<sup>1</sup>  
Ana Elizabeth Santos Alves<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

As instituições de ensino superior (IES) privadas incorporam o modelo flexível de acumulação e o professor assiste a precarização crescente do seu trabalho por meio de contratos trabalhistas autônomos, temporários ou informais. (BRUNO, 2001; FRANÇA, 2009; CAMARGO, 2012). Apesar desse profissional não gozar de estabilidade empregatícia como um docente do ensino público, a volatilidade e a alta rotatividade do trabalho é marcante, aliada à política salarial cada vez mais achatada que compõe o cenário de sua ocupação. É exigido do trabalhador docente uma máxima produtividade e adaptabilidade das condições de trabalho (DIAS, 2006; ENGUITA, 1998; SILVA JR & SGUISSARDI, 2000). Partimos da premissa de que esse trabalhador, o docente das IES privadas, apesar das especificidades da categoria docente, é um proletário e seu trabalho está sujeito à desqualificação mediante o incremento tecnológico e à divisão do trabalho.

O objetivo central deste trabalho é apontar alguns elementos da desqualificação do trabalho docente no ensino superior privado, que está cada vez mais precarizado por meio da intensificação, rotinização e controle ao qual o mesmo é submetido pelo metabolismo do sistema do capital.

### METODOLOGIA

A questão da desqualificação do trabalho que incorporamos nessa discussão

1       Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Endereço eletrônico: fmmello@yahoo.com.br

2       Docente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Endereço eletrônico: ana\_alves183@hotmail.com



está pautada na leitura da seção IV d'O Capital. Marx (1982a) analisa a constituição do modo especificamente capitalista de produzir, bem como as metamorfoses sofridas pelo processo de trabalho ao se subsumir ao capital: estamos tratando das reflexões do autor sobre a cooperação, manufatura e grande indústria. A ciência e a tecnologia sob a égide do capitalismo têm uma particularidade decisiva do ponto de vista da acumulação: reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário e desqualificar o trabalhador. Tal processo tem ocorrido nas mais variadas esferas da sociedade, sejam nas empresas de ensino, nos bancos, escritórios, indústrias, etc. O desenvolvimento das técnicas acarreta, de um lado, uma minoria qualificada que ocupa as posições de comando e de outro, uma maioria de trabalhadores que executa uma atividade repetitiva devido à simplificação e universalização do trabalho.

Nessa perspectiva teórica, Braverman (1987) corrobora a concepção de que a ciência e a tecnologia, ao lado da contínua divisão do trabalho tem um papel decisivo na acumulação capitalista. Por um lado, aumenta a produtividade e a extração da mais-valia, por outro, pauperiza e desqualifica o trabalhador, que tem seu conhecimento cindido na diferenciação entre trabalho manual e intelectual. Além disso, o autor destaca que a qualificação decorrente do incremento tecnológico abrange uma minoria de trabalhadores que detém o *know-how*, um domínio sobre o processo produtivo, ao passo que a maioria executa as tarefas mais simplificadas e têm seu trabalho rigidamente controlado pela gerência científica. Braverman refuta a tendência vigente à sua época que defendia a tese de que o incremento tecnológico na produção, ao longo do século XX, exigiria uma população mais instruída, com maior nível de qualificação média; na direção oposta, afirma o autor que a qualificação do trabalhador cai tanto em níveis absolutos como relativos. Quanto maior a massa de ciência aplicada no processo produtivo, menor é o conhecimento técnico do trabalhador; quanto maior a complexidade de ciência incorporada na máquina, maior é o desconhecimento do trabalhador sobre seu funcionamento. Dessa forma,

Para o trabalhador, o conceito de qualificação está ligado tradicionalmente ao domínio do ofício – isto é, a combinação de conhecimento de materiais e processos com as habilidades manuais exigidas para desempenho de determinado ramo da produção. O parcelamento das funções e a reconstrução da produção como um processo coletivo ou social destruíram o conceito tradicional de qualificação e inauguraram apenas um modo para domínio do processo de trabalho a ser feito: mediante e com o conhecimento científico, técnico e de engenharia do trabalho. Mas a extrema concentração desse conhecimento nas mãos da administração e suas organizações de equipes associadas fecharam essa via de acesso à população trabalhadora. O que se deixa aos trabalhadores é um conceito



reinterpretado e dolorosamente inadequado de qualificação: uma habilidade específica, uma operação limitada e repetitiva, “a velocidade como qualificação” etc. (BRAVERMAN, 1987, p. 375).

A despeito do caráter polêmico de suas afirmações, que fazem parte de um debate sobre a autonomia da ciência como força produtiva e a capacidade de reação da classe trabalhadora às investidas do capital, dentre outras, ficaremos com as reflexões do autor que nos possibilita pensar sobre a condição de trabalho dos docentes do ensino superior privado, especialmente: a) separação entre concepção e execução das tarefas; b) desqualificação, compreendida como a perda do conhecimento de planejar, compreender e agir sobre a produção; c) perda de controle sobre o próprio trabalho. À luz do materialismo histórico buscamos analisar as conexões entre a desqualificação do trabalho docente e sua materialização na precarização das condições de trabalho.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A desqualificação, segundo Contreras (2002), diz respeito à organização cada vez mais pontual dos currículos, das técnicas de diagnósticos e avaliação discente, das técnicas comportamentais voltadas ao controle disciplinar dos alunos, das cadernetas eletrônicas sob a responsabilidade de preenchimento do docente, dos manuais didáticos que determinam as atividades a serem realizadas, etc. Temos também a questão do controle sobre o próprio trabalho, no qual a racionalização implica a intensificação das atividades. O controle sobre o trabalho gera um estranhamento do trabalhador em relação a sua atividade, que uma vez mal remunerada, leva o docente a trabalhar em várias instituições, lecionando conteúdos diferenciados, sem tempo para pesquisa científica. O autor aponta a rotinização do trabalho como consequência dessa realidade, uma vez que impede o desenvolvimento de atividades intelectuais reflexivas e colabora com o isolamento dos sujeitos de seus pares, privando-os de trocas de experiências profissionais. A questão do controle do capital sobre a atividade docente fica aqui explícita:

No atual mundo do trabalho a face da dominação se dilui cada vez mais, quando o patrão não precisa mais estar personificado, mas, sim internalizado na ameaça constante do desemprego, da redução salarial, de punições e da subtração de direitos conquistados, gerando um clima de medo, desamparo, ansiedade e incertezas. Essa dominação vem tomando



o avanço tecnológico como um grande aliado, através do ponto eletrônico, nas câmeras instaladas nos ambientes, dos relatórios preenchidos e enviados *on-line*, do celular, etc., buscando de todas as formas o controle do trabalhador. O docente não escapa a essa conjuntura e esse texto trouxe questões do seu cotidiano, certamente, geradoras de um desconforto que vai desencadeando adoecimento psíquico e somático, conforme as circunstâncias a serem vividas (FRANÇA, 2009, p. 12).

França (2009) destaca elementos que compõem o cenário da desqualificação do trabalho docente, tais como: a) número excessivo de estudantes em sala de aula; b) participação de atividades extracurriculares sem remuneração; c) professores que não têm na docência sua atividade principal. d) o caráter dúbio da titulação docente, pois a empresa escolar exige os títulos para garantir a aprovação, reconhecimento e credenciamento de seus cursos, e por outro lado, docentes que precisam “esconder” seus diplomas porque são qualificados demais para o mercado. e) nivelamento por baixo do ensino devido ao nível qualitativo educacional dos alunos das IES privadas que, teoricamente, é inferior aos dos alunos das IES públicas.

Uma face da desqualificação do trabalho docente – a sua precarização – está materializada no produtivismo acadêmico. Trein e Rodrigues (2011, p. 780) apontam que esse fenômeno se traduz na concorrência entre os professores pesquisadores no que tange os editais, na necessidade de garantir a produtividade acadêmica – cada vez mais quantificada pelos órgãos governamentais – e concluem que “o *produtivismo* é o fantasma-fetichismo que assombra/seduz, com promessas e ameaças, a academia”. Bosi (2007) estabelece uma crítica a esse modelo de produção científica atrelada à lógica fabril, que desfigura a natureza do trabalho docente e da pesquisa científica, no momento que impõe novo padrão de financiamento da ciência – atrelado aos ditames do capital – e uma racionalidade individualista que interfere, não raro, na saúde física e mental dos profissionais. Amorim (2009) ressalta o caráter tarefeiro do docente, que está mais ligado ao ato de transmitir informações e conteúdos do que elaborar estratégias de produção do conhecimento:

Apesar de o professor ter consciência dos pontos negativos da universidade privada e saber que isso afeta as suas práticas de trabalho, ele não sabe como isso acontece de maneira objetiva. O professor não tem tempo para muitas reflexões, carrega no dia a dia as suas frustrações. Ele ensina na universidade, sem ter formação adequada para isso, para pessoas que não têm formação adequada para receber os ensinamentos relativos ao terceiro grau, não tem incentivo para completar a sua formação, não faz pesquisa, enfim, tem o seu trabalho precarizado de todas as formas



(AMORIM, 2009, p. 18).

## CONCLUSÕES

Verificamos que o processo de desqualificação do trabalho docente limita cada vez mais o trabalhador em suas atividades e se apresenta de inúmeras formas, seja materializado nos tipos de contrato de trabalho, seja na questão salarial, seja na diversidade de tarefas que o docente desempenha, até o estrito controle exercido indiretamente pelo produtivismo acadêmico. Esse profissional é cada vez mais um auleiro, um tarefeiro que cumpre seu horário e atua não raro em várias instituições, o que denota rotinização/intensificação do trabalho, o que nos leva a refletir sobre a natureza desse trabalho, que se identifica cada vez menos com o trabalho intelectual.

**Palavras-chave:** Desqualificação. Precarização. Trabalho docente.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Eliana de Paula Silva. A docência na universidade privada: entre o trabalho e o emprego. In: **Revista Trabalho & Educação**. Vol. 18, nº 2, mai/ago 2009.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. In: **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRUNO, Lucia. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. v. 16, n. 48, set-dez. 2011.

CAMARGO, Luís Fernando de Freitas. A condição do professor do ensino superior privado: características estruturais da atividade docente e os processos de transformação nas relações de trabalho. **Tese de Doutorado** – Programa de Pós-



Graduação em Educação – Universidade de São Paulo. São Paulo: s.n., 2012.

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

DIAS, Adelino José de Carvalho. O ensino superior privado em Uberlândia: precarização do trabalho docente. **Dissertação de Mestrado** - Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Uberlândia. 2006.

ENGUITA, Mariano Fernández. Ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarianização. In: **Revista Teoria & Educação**, v. 4, p. 41-61, 1991.

FRANÇA, Polyana Imolesi Silveira de. A precarização do trabalho docente no ensino superior: o processo de mercantilização da educação e a desprofissionalização docente. Publicado nos **Anais do VIII Seminário de Estudos e Pesquisas “História, sociedade e educação no Brasil**. Unicamp, Campinas, julho de 2009.

Disponível em <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario8/\\_files/PrMv7PRq.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/PrMv7PRq.pdf)>. Acesso em 02/09/2013.

MARX, Karl. O capital, vol. I. In: **Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1982a.

\_\_\_\_\_. O capital, vol. I, tomo II. In: **Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1982b.

SILVA JR, João dos Reis & SGUISSARDI, Valdemar. A educação superior privada no Brasil: novos traços de identidade. In: SGUISSARDI, Valdemar (org). **Educação Superior – velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2000.

TREIN, Eunice; RODRIGUES, José. O mal-estar na Academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. In: **Revista Brasileira de Educação**. V. 16, n. 48, set.-dez. 2011.